

DELIBERAÇÃO CPPG/CEPE-UEMS Nº 063, de 13 de novembro de 2009.

Aprova a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação “lato sensu” em Planejamento e Gestão Ambiental com ênfase em Avaliação Ambiental Estratégica, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

A CÂMARA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO da UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e, em reunião extraordinária realizada em 13 de novembro de 2009,

R E S O L V E:

Art. 1º Aprovar a reformulação Projeto Pedagógico do Curso Pós-Graduação *lato sensu* em Planejamento e Gestão Ambiental com ênfase em Avaliação Ambiental Estratégica, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, aprovado por meio da Deliberação CPPG/CEPE-UEMS Nº 035, de 21 de novembro de 2007, homologada pela Resolução CEPE-UEMS Nº 780, de 10 de dezembro de 2007.

Art. 2º Esta Deliberação, após homologada pelo Reitor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Dourados, de 13 de novembro de 2009.

Prof. Dr. SIDNEI EDUARDO LIMA JUNIOR

Presidente - Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação - CEPE-UEMS

Homologo em 17/11/2009.

Prof. Dr. GILBERTO JOSÉ DE ARRUDA
Reitor – UEMS

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**



**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM
PLANEJAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL COM ÊNFASE EM
AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**

**DOURADOS
2009**

Aprovado pela Deliberação CPPG/CEPE-UEMS N° 063, de 13 de novembro de 2009.

ÍNDICE

1 – Identificação do Curso.....	1
2 – Unidade Proponente	1
3 – Local de Realização.....	1
4 – Período de Realização.....	1
5 – Coordenador do Curso.....	1
6 – Público Alvo e Número de Vagas.....	1
7 - Histórico da UEMS e da Unidade Universitária	1
7.1 – Histórico da Uems.....	1
7.2 – Histórico da Unidade	2
8 - Justificativa do Curso.....	2
9 - Objetivos do Curso.....	4
10 - Perfil do egresso.....	4
11 – Metodologia.....	4
12 – Sistema de Avaliação.....	4
13 - Trabalho de Conclusão de Curso	5
14 - Critérios para obtenção de certificados	5
15 - Matriz curricular e carga horária das disciplinas	5
16 - Disciplinas: ementas, objetivos e referências bibliográficas.....	6
16.1 - Metodologia e Técnicas de Análise de Pesquisa.....	6
16.2 - Planejamento e Gestão do Território.....	7
16.3 - Planejamento e Gestão Ambiental	8
16.4 - Políticas públicas: marcos conceituais e processos.....	8
16.5 - Tratamento da Informação Geográfica	9
16.6 - Avaliação Ambiental Estratégica: Conceitos e Procedimentos de Participação Pública..	10
16.7 - Elaboração de diagnóstico Ambiental – Baseline	11
16.8 - Cenários para a Gestão Ambiental	11
16.9 - Identificação e Avaliação de Impactos	12
16.10 - Documentação, Implementação e Monitoramento da Avaliação Ambiental Estratégica	13
17 – Infra estrutura	14
17.1 - Instalações	14
17.2 – Equipamentos	14
17.3 - Acervo bibliográfico disponível na biblioteca da Unidade.....	15

1 – IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Planejamento e Gestão Ambiental com ênfase em Avaliação Ambiental Estratégica

2 - UNIDADE PROPONENTE

Unidade Universitária de Dourados

3 - LOCAL DE REALIZAÇÃO

As aulas serão ministradas na Unidade Universitária de Dourados , situada na Rodovia Dourados Itahum, km 12, Cidade Universitária de Dourados.

4 – PERÍODO DE REALIZAÇÃO

O curso de caráter temporário terá a duração mínima de 12 meses e a máxima de 18 meses, sendo que o tempo destinado para oferecimento das disciplinas e trabalho de conclusão de curso será previsto em calendário aprovado pelo CEPE.

5 – COORDENADOR DO CURSO

O Coordenador do curso será um professor do quadro efetivo da UEMS, ministrante de disciplina no curso, eleito por seus pares para um mandato de 2(dois) anos.

6- PÚBLICO ALVO E NÚMERO DE VAGAS

Profissionais graduados de órgãos públicos e do setor privado e comunidade, com interesse em ações de planejamento, desenvolvimento regional, proteção, conservação e licenciamento ambiental.

O curso iniciará com um mínimo de 12 (doze) vagas preenchidas e com o máximo de 20 (vinte) vagas.

7 – HISTÓRICO DA UEMS E DA UNIDADE UNIVERSITÁRIA

7.1- HISTÓRICO DA UEMS

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), com sede na cidade de Dourados, foi criada pela Constituição Estadual de 1979 e ratificada em 1989, conforme o disposto em seu artigo 48, Ato das Disposições Constitucionais Gerais e Transitórias. É uma Fundação com autonomia didático-científica, administrativa, financeira, disciplinar e patrimonial, de acordo com as Leis Estaduais N.º 1.543, de 08/12/1994, e N.º 2.583, de 23/12/2002, e com o Decreto Estadual N.º 10.511, de 08/10/2001. Rege-se por seu Estatuto, oficializado por meio do Decreto Estadual N.º 9.337, de 14/01/1999.

Embora criada em 1979, a implantação da UEMS somente ocorreu após a publicação da Lei Estadual N.º 1.461, de 20/12/1993, e do Parecer do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul CEE/MS N.º 08, de 09/02/1994. Mais tarde, por meio do Parecer CEE/MS N.º 215 e da Deliberação CEE/MS N.º 4.787, ambos de 20/08/1997, foi-lhe concedido credenciamento por cinco anos, prorrogado até 2003, pela Deliberação CEE/MS N.º 6.602, de 20/06/2002. Por meio da Deliberação N.º 8.955 de 16/12/08, o CEE/MS deliberou pela prorrogação do ato de credenciamento da UEMS até dezembro de 2011.

Em 1993, foi instituída uma Comissão para Implantação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, com o intuito de elaborar uma proposta de universidade que tivesse compromisso com as necessidades regionais, particularmente com os altos índices de professores em exercício sem a devida habilitação, e, ainda, com o desenvolvimento técnico, científico e social do Estado.

Com essa finalidade, a UEMS foi implantada, além de na sede em Dourados, em outros 14 municípios como Unidades de Ensino, hoje Unidades Universitárias, uma vez que, além do ensino, passaram a desenvolver atividades relacionadas à pesquisa e à extensão, essenciais para a consolidação do “fazer universitário”. Essas Unidades foram distribuídas nos seguintes Municípios: Aquidauana, Amambai, Cassilândia, Coxim, Glória de Dourados, Ivinhema, Jardim, Maracaju, Mundo Novo, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã e Três Lagoas. A Resolução CEPE/UEMS N.º 040, de 24/05/1996, estabeleceu a extinção da Unidade de Ensino de Três Lagoas a partir do mês de agosto daquele ano, uma vez que o único curso ofertado – Direito – passou a ter a demanda atendida pela

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e ambas funcionavam no mesmo local. Em 2001, por meio da Resolução COUNI-UEMS N° 184, de 10/10/2001, foi criada a Unidade Universitária de Campo Grande.

7.2 – HISTÓRICO DA UNIDADE UNIVERSITÁRIA

O programa de Pós-Graduação da UEMS, na Unidade Universitária de Dourados teve seu início no ano de 2000 quando ofertou, o curso de Especialização em Educação Básica, área de concentração Educação Infantil.

Docentes de várias áreas, preocupados com o crescimento e fortalecimento da pós-graduação, passaram a formar grupos de estudo e de pesquisa, o que deu origem a novos cursos de pós-graduação em nível *Lato Sensu*, para atender as inúmeras solicitações da comunidade universitária da Região da Grande Dourados.

Em agosto de 2009, foi concluído o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Letras. Este foi o último curso de pós-graduação lato sensu ofertado na Unidade Universitária de Dourados, não havendo nenhum outro em andamento no segundo semestre de 2009.

A proposta de oferta do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Planejamento em Gestão Ambiental com ênfase em Avaliação Ambiental Estratégica, na Unidade Universitária de Dourados vem com o propósito de fortalecer os cursos de graduação em áreas correlatas, como Biologia e Turismo; atender a demanda regional de profissionais da área de Geografia e das Usinas sucroalcooleiras, assim como, profissionais de órgãos públicos ligados às questões de preservação ambiental.

A transferência do curso de Campo Grande para Dourados deu-se por várias razões, que passamos a relatar. Na Unidade de Campo Grande o curso era oferecido em suas dependências. Com a mudança de endereço da Unidade tornou-se inviável o oferecimento do curso para uma nova turma, uma vez que o novo espaço físico não comporta mais as instalações para atendimento da demanda do curso. Por outro lado, na Unidade de Dourados está em fase de acabamento uma sede própria do curso em pauta, subsidiada com verba remanescente da primeira edição do mesmo, originária do Ministério do Meio Ambiente(MMA). A nova sede encontra-se localizada no prolongamento do Bloco B, nível térreo. Também influenciou na transferência, o fato do curso em Campo Grande ter uma taxa de manutenção, que a partir de julho de 2009, ficou em desacordo com a legislação da UEMS, sendo extinta. Esta taxa permitia o deslocamento e diárias dos professores e coordenação. Exceto um professor que mora em Campo Grande e outro em Aquidauana, todos os demais residiam em Dourados. O fato de o curso já ter sido ofertado por duas vezes em Campo Grande, também influenciou na decisão pela oferta na Unidade de Dourados, visando atender às inúmeras solicitações da demanda local.

8- JUSTIFICATIVA DO CURSO

Mato Grosso do Sul é um estado rico em recursos naturais, como sua fauna e flora com imenso potencial turístico, além dos recursos hídricos historicamente explorados como elementos de integração social e econômica, na forma de navegação, pesca, irrigação e abastecimento urbano. Três ecossistemas importantes configuram a paisagem sul-mato-grossense: Pantanal, Cerrado e Mata Atlântica. Este último, com menor representação, está localizado na Região da Serra da Bodoquena.

O ecossistema pantaneiro constitui-se num dos mais originais do Planeta, com grande interesse para a pesquisa e para o desenvolvimento de atividades compatíveis com sua sustentabilidade. Entretanto, o modelo vigente de expansão e modernização da economia baseia-se em formas extensivas e predatórias de utilização dos recursos naturais, e tende a manter uma forte pressão antrópica sobre os ecossistemas. A degradação dos recursos naturais, em especial da biodiversidade, continua mesmo na fase mais recente de esgotamento da fronteira agrícola, ameaçando a riqueza de seus ecossistemas.

A natureza e intensidade dessas pressões dependem do efeito combinado do crescimento econômico, da gestão ambiental e da difusão de tecnologias mais adaptadas ao desenvolvimento sustentável. Com efeito, o estilo de crescimento econômico e a expansão demográfica aumentaram a

pressão antrópica sobre os ecossistemas de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, especialmente o desmatamento das regiões mais altas da planície e da região pré-pantaneira do planalto, com repercussão na erosão do solo e assoreamento dos rios, incluindo o Pantanal. A utilização de formas inadequadas de exploração dos recursos naturais (decorrentes da falta de uma gestão adequada, de tecnologias e de educação ambiental) está provocando um amplo processo de degradação do meio ambiente e dos ecossistemas do Estado. Entre os aspectos que desencadeiam essa deterioração ambiental, merece destaque o desmatamento da cobertura florestal, reduzida atualmente a menos de 20% da cobertura nativa.

Esse fato constitui uma restrição ao desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, pelo que representa em termos de riqueza natural (patrimônio) e dos efeitos globais nos ecossistemas. Particularmente, no Cerrado do Estado, onde se implantou a mais moderna e intensiva agricultura de grãos e atualmente cresce vertiginosamente o setor sucroalcooleiro, tem havido alterações ambientais que podem influir, em médio/longo prazo, para a degradação de solos e dos recursos hídricos, ocasionando, inclusive, a redução da produtividade agrícola. Por outro lado, a implementação de programas e políticas de desenvolvimento e expansão econômica provoca pressões que impõem a necessidade de aprimoramento da gestão ambiental com visão estratégica.

O acelerado processo de modernização de Mato Grosso do Sul, refletindo a expansão da fronteira agrícola, definiu a marca da cultura sul-mato-grossense, combinando o predomínio da agropecuária e a mistura de traços dos imigrantes em busca de oportunidades econômicas.

A cultura política reflete essa influência da atividade agropecuária e da migração, destacando os vícios tradicionais da política brasileira e o predomínio das oligarquias rurais. A classe política estadual tem estado sempre dividida, envolvida em questões internas, sem poder de barganha no plano nacional e com as distorções conhecidas no jogo político brasileiro. Um novo quadro político-institucional se delineia com o avanço do setor sucroalcooleiro e a produção de biocombustíveis.

Diante desse quadro, e em face de questões específicas levantadas por segmentos da sociedade civil local na busca de uma ferramenta viável para compatibilizar e orientar as atividades decorrentes da necessária exploração dos recursos naturais com as peculiaridades ambientais regionais, foi delineada uma proposta de avaliação estratégica visando subsidiar as diferentes instâncias de governo no planejamento para tomada de decisões quanto aos rumos do desenvolvimento sustentável do Estado.

Nesse sentido, a proposta do curso em Planejamento e Gestão Ambiental, com ênfase em Avaliação Ambiental Estratégica se apresenta como uma ferramenta que possibilita às políticas de desenvolvimento serem avaliadas sob um enfoque estratégico, tanto nos aspectos relacionados aos seus objetivos e indicadores, quanto no que diz respeito à interação entre os vários potenciais de desenvolvimento e interesses envolvidos. O desenvolvimento do país, segundo atuais estratégias do governo federal, deve ser ambientalmente sustentável e contribuir para diminuir as desigualdades regionais, gerar empregos e renda e permitir a inclusão social.

Em 2006, a UEMS foi contemplada como executora de uma nova proposta de especialização, para o atendimento da demanda nacional de formação profissional, o Curso de especialização em Avaliação Ambiental Estratégica - AAE. Fez-se necessária a incorporação de profissionais de outras áreas do conhecimento, com vistas a dar suporte físico ao trabalho de campo e suporte técnico durante todo o processo do curso. Esses docentes, da UEMS e outras instituições (MCT, IBGE, UFRJ, UFF, USP, UFBA e UNEMAT) que desenvolviam pesquisas relacionadas ao tema Avaliação Ambiental Estratégica, tiveram a oportunidade de propor, ministrar e acompanhar as disciplinas do curso de especialização. A metade dos docentes era visitante e expoentes nacionais em assuntos específicos do curso. Essa experiência serviu para integrar os docentes da UEMS e prepará-los para assumir o segundo curso, que aconteceu no período de 2008/2009.

Esse curso se constitui em uma base para a implantação de Mestrado na área de Planejamento e Gestão Ambiental, já em fase adiantada de elaboração. A oferta na forma de *Lato Sensu* fortalecerá as linhas de pesquisa já estabelecidas: Planejamento e gestão territorial; Políticas Públicas e Sustentabilidade. Paralelamente, as turmas que compuseram os dois cursos já realizados e este terceiro, ora proposto, visam qualificar uma demanda potencial para o curso de mestrado.

Considerando o compromisso da UEMS com o desenvolvimento regional, esta tem buscado efetivar no Estado a meta de suprir a demanda de mão-de-obra especializada, inclusive dos órgãos

públicos municipais, estaduais e federais, o que alcançou, em parte, com as edições anteriores realizadas e com a atual proposta de reedição.

A oferta desse curso vem atender a demanda de formação na área de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), no sentido de contribuir para a qualificação dos técnicos da área pública municipal, estadual e federal, área privada e comunidade em geral, incentivar a pesquisa e prestar serviços à comunidade regional.

A edição da terceira turma acontecerá na Unidade Universitária de Dourados. A construção, de sede própria, em fase de acabamento em outubro de 2009, inclui uma sala de aula ampla, com espaço para as bancadas e os computadores, três salas de professores e sala para secretaria e coordenação.

Está sendo implantado na UEMS o curso de graduação correlato ao tema do curso em pauta; o Curso de Engenharia Ambiental, que terá seu primeiro vestibular neste ano de 2009. Aparentemente é uma situação reversa em relação à ordem de formatação de cursos de pós-graduação: a pós antecipou-se ao curso de graduação. Porém, como citado, a primeira turma foi uma solicitação do Ministério do Meio Ambiente (MMA), a segunda deu continuidade à demanda pelo tema, assim como a terceira turma, ora proposta. Somente agora foi formatado um curso de graduação em área semelhante à do Planejamento e Gestão Ambiental.

9 - OBJETIVOS DO CURSO

Objetivo Geral

- Capacitar profissionais do setor público e privado e comunidade interessada, em gestão e planejamento ambiental, atendendo a demanda atual pelo aprimoramento de processos de Avaliação Ambiental Estratégica.

Objetivos Específicos

- Atender a demanda de técnicos capacitados para atuar nos processos de Avaliação Ambiental Estratégica;
- Possibilitar a realização de estudos e práticas sistemáticas de pesquisas com vistas à construção e a produção do conhecimento na área de Avaliação Ambiental Estratégica.

10 - PERFIL DO EGRESSO

Os profissionais formados no curso de Planejamento e Gestão Ambiental – Ênfase: Avaliação Ambiental Estratégica devem adquirir conhecimentos que lhes permitam:

- avaliar as condições de uma região, para receber programas de desenvolvimento;
- conhecer e avaliar as necessidades decorrentes da implantação de projetos, em termos de infra-estrutura física (logística, saneamento, energia) e social (moradia, serviços de saúde, entre outros);
- discutir os impactos que as políticas, planos e programas terão na região de instalação, em termos econômicos, ambientais e sociais;
- propor alternativas para o desenvolvimento de uma região considerando os recursos existentes;
- propor medidas para otimizar a implantação de políticas, planos e programas;
- propor medidas para superar as barreiras identificadas e mitigar eventuais impactos negativos.

11 – METODOLOGIA

As aulas serão teóricas, com uso e disponibilidade de equipamentos de informática (notebook, data-show, computadores ligados à Internet). É prevista uma atividade prática de Consulta à Sociedade, na disciplina de Avaliação Ambiental Estratégica: Conceitos e Procedimentos de Participação Pública. Visitas técnicas que permeiem o(s) tema(s) de foco do curso, decididos pelo colegiado do curso, também fazem parte da metodologia aplicada.

12- SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Os alunos serão avaliados conforme estabelecido nos Planos de Ensino das disciplinas, que permeiam: avaliações escritas, produções a partir de revisões bibliográficas, relatório de análise de indicadores, fichamento de textos, relatório de saídas a campo, seminários, artigos, entre outras. A nota final será apresentada sob a forma de conceito (A, B, C, D).

Cada disciplina terá um valor expresso em créditos, correspondendo cada crédito a 15 horas-aula. Os créditos relativos a cada disciplina só serão conferidos ao aluno que obtiver frequência mínima de 75% e, no mínimo, conceito “C”, conforme a tabela (Tab. 1) de equivalência entre nota e conceito:

Tabela 1 – Equivalência entre nota e conceito

Nota	Conceito	Leitura do conceito
de 9,0 a 10,0	A	Excelente
de 8,0 a 8,9	B	Bom
de 7,0 a 7,9	C	Regular
de 0 a 6,9	D	Insuficiente

O aluno reprovado em uma disciplina do curso ficará impedido de apresentar o trabalho de conclusão do curso.

13- TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O trabalho de conclusão do curso será desenvolvido por meio de atividades de pesquisa ou desenvolvimento de estudos de caso de políticas, planos e programas ou de gestão territorial. Dessas atividades resultará um trabalho na forma de artigo científico. Este será apresentado oral e publicamente a uma banca examinadora, composta por três professores: o presidente da banca (o orientador) e mais dois membros. Após a defesa e atendimento ao solicitado pela banca, a versão final deverá ser encaminhada à coordenação do curso, juntamente com o protocolo de encaminhamento da mesma para uma revista científica conceituada, no mínimo, com o Qualis B ou C, seguindo o sistema de qualificação da CAPES.

14- CRITÉRIOS PARA OBTENÇÃO DE CERTIFICADO

Será concedido o certificado de especialista ao aluno que:

- completar, com aprovação, o número de créditos previstos;
- obtiver aprovação pela banca examinadora;
- comprovar encaminhamento do artigo para uma revista científica conceituada, no mínimo, com o Qualis B ou C, seguindo o sistema de qualificação da CAPES;
- não possuir débitos com a biblioteca e demais órgãos da Universidade.

15- MATRIZ CURRICULAR E CARGA HORÁRIA DAS DISCIPLINAS

O curso terá a carga horária total de 360 (trezentos e sessenta) horas, em disciplinas. Academicamente a especialização será dividida em dois módulos, o primeiro que embasa o curso frente as diferentes formações dos alunos e o segundo que constrói as bases teóricas de uma Avaliação Ambiental Estratégica – AAE, a saber:

- Módulo I ou Módulo Básico, com cinco disciplinas, totalizando 150 horas-aula e 10 créditos.
- Módulo II ou Módulo AAE, com cinco disciplinas, totalizando 210 horas-aula e 14 créditos.

Tabela 2 – Disciplinas, carga horária e créditos correspondentes:

Módulo I - MÓDULO BÁSICO

Disciplina	Carga Horária (h/a)	Créditos
Políticas Públicas: marcos conceituais e processos	30	2
Metodologia e técnicas de análise de pesquisa	30	2
Tratamento da Informação Geográfica	30	2

Planejamento e Gestão do Território	30	2
Planejamento e Gestão Ambiental	30	2
Total Módulo Básico	150	10

Módulo II - MÓDULO AAE

Disciplina	Carga Horária (h/a)	Créditos
Avaliação Ambiental Estratégica: Conceitos e Procedimentos de Participação Pública	45	3
Elaboração de Diagnóstico Ambiental – <i>Baseline</i>	45	3
Cenários para a Gestão Ambiental	45	3
Identificação e Avaliação de Impactos	45	3
Documentação, Implementação e Monitoramento da Avaliação Ambiental Estratégica	30	2
Total Módulo AAE	210	14
Total de carga horária e créditos do curso	360h/a	24

16 – DISCIPLINAS: EMENTAS, OBJETIVOS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**16.1 - Metodologia e técnicas de análise de pesquisa– carga horária: 30 h/a****Objetivos:**

- Dar suporte teórico para a elaboração de revisão bibliográfica.
- Orientar para a prática de redação de textos científicos.
- Apresentar e discutir diferentes modalidades de técnicas de pesquisa.
- Apresentar e discutir técnicas estatísticas de análise de dados.

Ementa:

Espírito científico nos estudos acadêmicos. Método Científico. Processos de planejamento da pesquisa científica. Métodos e técnicas de análise de dados. pesquisa. Acesso à informação: banco de dados, empresas, instituições, literatura especializada. Redação de texto científico. Procedimentos monográficos consoantes à ABNT vigente.

Bibliografia Básica:

BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada às ciências sociais**. Florianópolis: UFSC, 2005.

DIEHL, A. A.; TATIM, De. C. **Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas: Métodos e Técnicas**. São Paulo: Pearson, Prentice Hall, 2006.

FURASTE, P. A. **Normas Técnicas para o trabalho científico** – explicitação das Normas da ABNT. 14 ed. Porto Alegre, 2006.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2006.

Bibliografia Complementar:

COSTA NETO, P.L. de O. **Estatística**. 2. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2002.

MEDEIROS, J. B. **Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos e resenhas**. 7. ed. São Paulo, Atlas, 2005.

MEYER, P.L. **Probabilidade: Aplicações à Estatística**. 2 ed. Rio de Janeiro: LCT, 2000.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. 7.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

VIEIRA, S.; HOFFMAM, R. **Elementos de estatística**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

16.2 - Planejamento e Gestão do Território – carga horária: 30 h/a

Objetivos:

- Conhecer pressupostos teóricos sobre Território e Planejamento Regional;
- Avaliar comparativamente alternativas de políticas, planos e programas de gestão territorial;
- Compreender e analisar de forma crítica os processos e programas de regionalização territoriais no país;
- Estabelecer o diálogo com especialistas multidisciplinares acerca dos processos de gestão territorial;
- Desenvolver análises críticas sobre o tema proposto.

Ementa:

A formação do território nacional. O território como síntese do processo de desenvolvimento. As dimensões do planejamento. Formação territorial e desequilíbrios regionais. A região como perspectiva de planejamento e gestão territorial. Diferentes modalidades de planejamento regional do território: políticas, planos e programas de desenvolvimento regional e os aportes teóricos que os consubstanciam.

Bibliografia Básica:

ANDRADE, M. C. **A Questão do Território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2005.

_____. **Formação territorial e econômica do Brasil**. Recife: Massangana, 2003.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1970)**. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2007.

SANTOS, M.; SOUSA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 2006.

VEIGA, José Eli da. **Meio ambiente e desenvolvimento**. 2. ed.. São Paulo: SENAC, 2008.

Bibliografia Complementar:

CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. **Brasil, questões atuais da reorganização do território**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

LENCIONI, S. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 2003.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

VENTURI, L. A. B. (Org.) **Praticando geografia -Técnicas de campo e laboratório**. São Paulo / SP: Oficina de textos, 2005.

16.3 - Planejamento e Gestão Ambiental – carga horária: 30 h/a

Objetivos:

- Conhecer aspectos introdutórios dos elementos conceituais, institucionais e de aplicação dos instrumentos de planejamento e gestão ambiental no Brasil;
- Discutir a evolução da gestão ambiental no Brasil, seus avanços e suas limitações, bem como os seus desafios.

Ementa:

Introdução: contextualização da questão ambiental; Gestão ambiental: significado e conceituação; objetivos primordiais; universo de ação e vetores de atuação; Gestão ambiental: concepções de atuação e seus elementos essenciais; Gestão ambiental no Brasil: evolução institucional; a política e o sistema nacional de meio ambiente; panorama atual; Os instrumentos de planejamento e gestão ambiental no Brasil: licenciamento ambiental, avaliação de impactos ambientais; zoneamento ambiental, unidades de conservação; padrões ambientais.

Bibliografia Básica:

ARAÚJO, T. B. de. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro – heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

LOPES, I.V., **Gestão Ambiental no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

VIEIRA, P. F.; WEBER, J. **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para pesquisa ambiental**. São Paulo: Cortez; Livraria, 2002.

Bibliografia Complementar:

BURSZTYN, M. (Org.) **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

LEFF, E. **Saber ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Vozes, 2001.

LITTLE, P. E. (org.). **Políticas ambientais no Brasil : análises, instrumentos e experiências**. São Paulo: Peirópolis; Brasília: IIIIEB, 2003.

PHILIPPI JÚNIOR, A.; ROMÉRO, M.A.; BRUNA, G.C. **Curso de Gestão Ambiental**. Barueri: Manole, 2004.

SANTOS, R. F. dos. **Planejamento ambiental: Teoria e prática**. São Paulo / SP: Oficina de textos, 2004.

16.4 - Políticas públicas: marcos conceituais e processos – carga horária: 30h/a

Objetivos:

- Apresentar e discutir o processo político, segundo distintas etapas que compõem o ciclo de políticas.
- Conhecer o comportamento desse ciclo e os fatores e atores que atuam no mesmo.
- Exercitar a análise de políticas visando a possibilidade de influenciar o processo político e a formulação e implementação das políticas públicas.

Ementa:

Conceitos de análise de políticas e de análise para políticas; Discussão sobre a forma com que questões e problemas são definidos, e as agendas políticas estabelecidas; Análises de como as decisões

são tomadas e as políticas feitas, e como a análise é utilizada no processo de tomada de decisão; Análises de como as políticas são administradas, gerenciadas, implementadas, avaliadas e terminadas.

Bibliografia Básica:

BREUS, T. L. **Políticas Públicas no Estado Constitucional** – Problemática da concretização dos Direitos Fundamentais pela Administração Pública Brasileira contemporânea. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

DAL BOSCO, M. G. **Discrecionalidade em políticas públicas**. Curitiba: Juruá, 2008.

LITTLE, P. E. **Políticas ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências**. São Paulo: 2003.

RAMBALDI, D.M.; OLIVEIRA, D.A.S de. **Fragmentação de Ecossistemas: Causas, efeitos sobre a biodiversidade e recomendações de políticas públicas**. 2. ed. Brasília: MMA, SBF, 2005.

Bibliografia Complementar:

BISPO, J. M. R. **Estatística Aplicada às Ciências Sociais e Humanas**. São Paulo: Climepsi, 2003.

BONETI, L. W. **Políticas Públicas por dentro**. 2. ed. Ijuí, RS: Unijuí, 2007.

HAM, C.; HILL, M. **The Policy Process in the Modern Capitalist State**, UK: Harvester Wheatsheaf, 1993.

HOWLETT, M.; RAMESH, M. **Studying Public Policy. Policy Cycles and Policy Subsystems**. Oxford University Press, 1995.

IBGE. **Indicadores de desenvolvimento sustentável**, 2004.

16.5 - Tratamento da Informação Geográfica – Carga horária: 30 h/a

Objetivos:

- Conhecer métodos e procedimentos para levantamento, organização, sistematização e difusão da informação geográfica.

Ementa:

Introdução ao Geoprocessamento. Geoestatística. Sensoriamento remoto. Classificação das fontes de dados. Levantamento dados ambientais e socioeconômicos. Coleta de dados e organização de tabelas. As bases de dados e a informação georeferenciada. Conceitos de sistemas de informação geográfica. Difusão de dados e metadados.

Bibliografia Básica:

BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada às ciências sociais**. Florianópolis: UFSC, 2005.

BLASCHKE, T.; KUX, H. **Sensoriamento remoto e SIG avançados** – Novos sistemas sensores, métodos inovadores. São Paulo: Oficina de textos, 2005.

FLORENZANO, T. G. **Imagens de satélite para estudos ambientais**. São Paulo: Oficina de textos, 2002.

VENTURI L. A. B. (Org.) **Praticando geografia: Técnicas de campo e laboratório**. São Paulo: Oficina de textos, 2005.

Bibliografia Complementar:

DATE, C.J. **Introdução a Sistemas de Banco de Dados**. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

PAREDES, E.A. **Sistemas de Informação Geográfica: Princípios e Aplicações em Geoprocessamento**. São Paulo: Érica, 1994.

16.6 - Avaliação Ambiental Estratégica: Conceitos e Procedimentos de Participação Pública – carga horária: 30 h/a

Objetivo:

- Apresentar e discutir o conhecimento básico sobre os principais elementos teóricos, o conteúdo e os procedimentos técnicos que envolvem a condução da AAE.

Ementa:

Fundamentos da avaliação ambiental estratégica (AAE). Objetivos, conceituação, universo de aplicação. Conteúdo e procedimentos metodológicos. Requisitos de aplicação. Contexto da prática internacional/situação nacional. Procedimentos para a Participação do Público: Informação: conceito, formas de transmissão e mecanismos de validação. Tomada de decisão em meio ambiente: contexto nacional e internacional de participação da sociedade. Legislação ambiental e participação da sociedade: EIA, Rima e Audiências Públicas; conflitos sócio-ambientais: conceituação, elementos constituintes e formas de mediação.

Bibliografia Básica:

AB'SÁBER, A. N., MÜLLER-PLATEBERG, C. (Orgs.). **Previsão de impactos: o estudo de impacto ambiental no Leste, Oeste e Sul**. Experiências no Brasil, na Rússia e na Alemanha. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1998.

COMAR, V.; TURDERA, E. M. V.; COSTA, F. E. dos S. **Avaliação Ambiental Estratégica para o gás natural – AAE / GN**, Rio de Janeiro/Dourados – MS, 2006.

THERIVEL, R.. **Strategic Enviromental Assessment**. EUA, 2004.

Bibliografia Complementar:

AGRA FILHO, S. S. **Avaliação ambiental estratégica – uma alternativa de incorporação da questão ambiental no processo de desenvolvimento**. Tese de Doutorado, Instituto de Economia /UNICAMP. SP, 2002.

AGUIAR, R. A. **Direito do meio ambiente e participação popular**. 2. ed. Brasília: IBAMA, 1998.

BENJAMIM, H. (Coord.). **Direito Ambiental das áreas protegidas: o regime jurídico das Unidades de Conservação**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

BRITO, E. J. G. N. Avaliação ambiental estratégica: discussão conceitual e metodológica. **Revista Avaliação de Impactos**, v. 1, n. 2, primavera 1996.

PARTIDÁRIO, M. R. EA of Policies, Programs and Plans. Paper presented at the 14th **International Seminar on Environmental Assessment and Management**, University of Aberdeen. Aberdeen. June 1993.

16.7 - Elaboração de diagnóstico Ambiental – Baseline - Carga horária: 45 h/a

Objetivos:

- Orientar a prática da elaboração de um diagnóstico ambiental de um território para o qual uma Avaliação Ambiental Estratégica será desenvolvida, utilizando-se de instrumentos de coleta, armazenamento e análise de dados e informações de natureza ambiental, social, econômica, legal e institucional.

Ementa:

A definição da área de influência das ações de intervenção que serão desenvolvidas. Identificação dos atores relevantes nesta área de influências. Averiguar presença dos atores representado pelas populações tradicionais pantaneiras, quilombolas e indígenas. Identificar presença de patrimônios históricos e arqueológicos locais. Usar a rotina para coletar dados e informações: i) revisão das informações e dados disponíveis para o território/região onde a AAE será desenvolvida; ii) discriminação das ligações existentes entre as instituições governamentais e não-governamentais com atuação na área de influência – levantar os dados relevantes para a AAE e identificar as lacunas nas informações; e iii) a realização de uma consulta à sociedade via seminário com os atores relevantes – levantar problemas e indicar tendências e demandas para o futuro.

Bibliografia Básica:

BURROUGH, P. A.; McDONNELL, R. **Principles of geographical information systems**. New York: Oxford University Press, 1998.

DIEGUES, A. C.; RINALDO S. V. A. (Orgs.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001.

Bibliografia Complementar:

ANTENUCCI, J. C.; BROWN, K.; CROSWELL, P. L.; KEVANY, M. J.; ARCHER, H. N. "Introduction," "Evolution of the Technology," and "Applications." Chaps. 1-3. In: **Geographic Information Systems: A Guide to the Technology**. New York: Van Nostrand Reinhold, 1991.

CÂMARA, G. MEDEIROS, J. S. de. **Geoprocessamento para projetos ambientais**. São José dos Campos: INPE, 1996.

MATUS, C. **Política Planejamento de Governo**. Brasília: IPEA, 1993.

16.8 – Cenários para a Gestão Ambiental – Carga horária: 45 h/a

Objetivo:

- Conhecer possibilidades para formular cenários tendenciais e alternativos voltados para a Gestão Ambiental, utilizando instrumentos de planejamento estratégico.

Ementa:

O papel dos cenários para a planificação estratégica do desenvolvimento sustentável e para a gestão ambiental. Projeção de tendências com base no diagnóstico atual (baseline), utilizando a metodologia SPIR (*State, Pressure, Impact, Response*) para a avaliação ambiental estratégica. Construção de cenários alternativos, com base em processo Delphi, a partir de entrevistas com tomadores de decisão (*stakeholders*). Confronto do cenário tendencial com os alternativos com base na construção da matriz de avaliação estratégica, considerando os potenciais, restrições e oportunidades (*SWOT analysis: strengts, weaknesses, opportunities and threats*). Procedimentos para apresentação e confronto de cenários.

Bibliografia Básica:

GODET, M. **Manual de prospectiva estratégica:** da antecipação à ação. Lisboa: Ed. Dom Quixot, 1993.

MARCIAL, E. C.; GRUMBACH, R. S. **Cenários prospectivos.** Como construir um futuro melhor. Rio de Janeiro: FGV. 2002.

MATO GROSSO DO SUL - SEPLANCT - Secretaria. de Estado e Planej. e de Ciência e Tecnologia. Cenários estratégicos de longo prazo – MS 2025. Campo Grande: SEPLANCT, 2005.

SHWARTZ, P. **Cenários: as surpresas inevitáveis.** Rio de Janeiro: Campus, 2003.

Bibliografia Complementar:

LOINGER, G.; GODET, M. **La prospective régionale, de chemins en desseins: Neuf études de cas en France et en Europe.** Paris: L'Aube, 2005.

ONATE, J.; PEREIRA, D.; SUAREZ, F.; RODRIGUEZ, J. J.; CHACON, J. **Evaluación ambiental estratégica:** la evaluación ambiental de políticas, planes y programas. Madrid: Mundi-Prensa, 2002.

PARTIDÁRIO, M. R. **Guia para a avaliação estratégica de impactos em ordenamento do território.** Lisboa: DGOTDU, 2004.

SANTOS, T. C. C.; CAMARA, J. B. D. G. **Brasil perspectivas do meio ambiente no Brasil.** Brasília: IBAMA, 2002.

16.9 – Identificação e Avaliação de Impactos – Carga horária: 45 h/a

Objetivos:

- Analisar política e/ou programa para um dado território quanto à sua conformidade com as diretrizes estratégicas de desenvolvimento e seus pressupostos ambientais, sociais e econômicos;
- Analisar política e/ou programa para um dado território quanto à sua compatibilidade com a regulamentação vigente, indicadores de sustentabilidade e de equidade;
- Aplicar diferentes métodos de avaliação de impactos;
- Escolher o método de avaliação adequado a cada contexto considerada a necessidade predominante, na grande maioria dos casos, de transparência do processo decisório;
- Analisar, de forma comparada, diferentes alternativas de políticas e/ou programas, explicitando impactos positivos e negativos, onde, para quem, para que e como.

Ementa:

Caracterização dos impactos das diferentes alternativas de políticas (ou programas) considerados na disciplina Cenários - compatibilidade com as normas e regulamentação vigentes, parâmetros de suporte da área abrangida e equidade, tendo a opinião pública como medida de justiça social. Métodos de avaliação de impactos segundo a tendência qualitativa (participação multidisciplinar de especialistas, lideranças locais comunitárias, institucionais, empresariais - julgamento de especialistas ou mesa Delphi) e a quantitativa (análise de indicadores agregados, análise custo-benefício e outras técnicas de valoração econômica). Análise comparada.

Bibliografia Básica:

CANTER, L. W. **Environmental impact assessment**. New York: McGraw-Hill, 1996.

SANCHEZ, L. E. **Avaliação de impacto ambiental: Conceitos e métodos**. São Paulo: Oficina de textos, 2006.

VAN BELLEN, Hans Michael. **Indicadores de sustentabilidade: Uma análise comparativa**. 2. ed. Rio de Janeiro / RJ: FGV. 2007.

Bibliografia Complementar:

CELA **Principles for environmental impact assessment**. Submission to the Ministry of the Environment by the Can. Env., Toronto, Canada; Law Assoc, 1973.

LINSTONE, H. A.; TUROFF, M. **The Delphi method**. Addison-Wesley: Reading, Mass, 1975.

OLSEN, M. E.; MERWIN, D. J. Toward a methodology for conducting social impact assessments using quality of social life indicators. In: K. Finsterbusch and C. P. Wolf (Eds.), **Methodology of social impact**. Dow den, Hutchinson and Ross: Stroudburg, Pa., 1977. p. 43-63.

WHYTE, A. V. T. **Guidelines for field studies in environmental perception**. MAB Tech. Note 5, Paris: UNESCO, 117 p, 1977.

**16.10 – Documentação, Implementação e Monitoramento da Avaliação Ambiental Estratégica
– Carga horária: 45 h/a**

Objetivos:

- Conhecer os procedimentos que deverão ser utilizados para a elaboração do relatório final de uma Avaliação Ambiental Estratégica (destaque para as considerações relativas às questões de natureza ambiental e de sustentabilidade);
- Conhecer os instrumentos que deverão ser considerados e incluídos no relatório final da Avaliação Ambiental Estratégica, visando sua adequada implementação;
- Conhecer os instrumentos para a elaboração de um sistema de monitoramento para que seja possível verificar se os impactos que venham de fato acontecer com a implementação das ações estratégicas estabelecidas para um dado território/região condizem com aqueles que foram previstos na avaliação. Ademais, permitir identificar e procurar resolver problemas que venham a acontecer durante a implementação da ação estratégica, mas que não foram previstos na avaliação.

Ementa:

Elaboração do relatório final de uma AAE de maneira que inclua as questões mais relevantes do estudo: ação estratégica prevista e modificações ocorridas. Definição de plano de implementação para uma ação estratégica avaliada, com as recomendações serão executadas. Definição dos instrumentos e mecanismos que serão adotados na AAE, visando o monitoramento durante a implementação.

Bibliografia Básica:

AB'SÁBER, A. N., MÜLLER-PLATEBERG, C. (Orgs.). **Previsão de impactos: o estudo de impacto ambiental no Leste, Oeste e Sul. Experiências no Brasil, na Rússia e na Alemanha.** 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1998.

FARIA, I. D. **Macrófita é a mãe!** A democratização da informação ambiental: uma análise crítica. Brasília: Teixeira, 2001.

PARTIDÁRIO, M. R. **Guia para a avaliação estratégica de impactos em ordenamento do território.** Lisboa: DGOTDU, 2004.

SANCHEZ, Luis Enrique. **Avaliação de Impacto Ambiental: conceitos e métodos.** São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

Bibliografia Complementar:

CONNOR, D. M. **Constructive citizen participation: a resource book.** 8. ed. Canadá: Development Press, 2001.

EGLER, P. C. G. **Improving the environmental impact assessment process in Brazil.** Tese (Doctor of Philosophy). School of Environmental Sciences, University of East Anglia, UK, 1998.

_____. **Gestão Ambiental Integrada.** Em Rio + 10 = Joanesburgo: Rumos para o Desenvolvimento Sustentável. Experiências do Brasil e da Alemanha. Wilhelm Hofmeister. Fundação Konrad Adenauer, Série Debates, n. 25, Fortaleza, 2002.

17- INFRA ESTRUTURA

17.1 - Instalações

As aulas serão realizadas na Unidade Universitária de Dourados, no anexo do Bloco B, com uma área de 160 m² contendo sala de aula e salas de professores, a ser utilizada para desenvolvimento das atividades do curso.

O curso em suas disciplinas necessita, com frequência, de computadores com acesso à Internet. Os equipamentos necessários para tal são instalados na própria sala de aula, conforme já vinha sendo trabalhado nas turmas anteriores.

Segue abaixo a lista dos equipamentos adquiridos com recursos da fonte pagadora do curso, Ministério do Meio Ambiente, na primeira edição do mesmo, sendo disponibilizados pela UEMS na secretaria do curso.

17.2- Equipamentos

Os equipamentos necessários e já adquiridos pelo curso em edições anteriores estão relacionados na Tabela 3, que segue.

Tabela 3 – Relação de equipamentos e materiais permanentes disponíveis para o curso:

Quantidade	Descrição
12	Computadores Desktop
01	Computador Notebook Toshiba A105-S4074.
01	Computador Notebook Toshiba P105-S6062
01	Servidor: processador Pentium 3,.2 GHZ/800/1MB
05	Monitor 17” LCD
01	Monitor 19” LCD
03	No break
01	Retroprojeter IEC CS 250, com 2.500 Lumens
01	Filmadora digital Sony DRC DVD 405
03	Projeter Sony VLP-CX20, com 2.000 Lumens
04	GPS MAP 76 CSX (colorido)
01	Câmera digital Sony DSLR – A 100K
01	Pente de memória para máquina fotográfica DSRL – A 100 K, 2 GB de memória
04	Gravador digital Powerpack DVR-800 III
01	Tripé para câmera filmadora
01	Mochila a prova d’água para notebook de 15”
01	Mochila a prova d’água para notebook de 17”
01	Bolsa estanque para máquina digital
01	Bolsa estanque para máquina filmadora
01	Software Estatístico – SPSS, versão 13.

17.3 - Acervo bibliográfico disponível na biblioteca da Unidade

A maior parte do material bibliográfico a ser utilizado pelo curso foi adquirida com recursos do Ministério do Meio Ambiente, o qual foi a fonte pagadora da primeira edição e oferta do Curso de Especialização em Avaliação Ambiental Estratégica, acontecido em 2006/2007. Até o momento (ago. 2009) o curso conta com 136 títulos e 326 volumes, todos dentro dos conteúdos das disciplinas, destes, 41 títulos e 139 volumes constam das bibliografias das disciplinas do curso de Avaliação Ambiental Estratégica. Livros das áreas de Biologia, Geografia e Estatística, relacionados no curso, constam do acervo da biblioteca da UEMS.